

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 24/2023, em que são recorrentes **Emanuel Mendes Gomes** e **Carla Maria Monteiro Gomes**, e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 138/2023

(Autos de Amparo 24/2023, Emanuel Mendes Gomes e Carla Maria Monteiro Gomes v. TRS, por não-correção tempestiva de Deficiências detetadas na peça de recurso)

I. Relatório

1. O Senhor Emanuel Mendes Gomes e a Senhora Carla Maria Monteiro Gomes, casados entre si, impetraram recurso de amparo, impugnando o *Acórdão TRS 92/2023, de 06 de julho*, e apresentando, para tanto, os argumentos que abaixo se sumariza da seguinte forma:

1.1. Quanto aos factos,

1.1.1. Alegam que um seu trabalhador, identificado como sendo o Sr. José Carlos Mendonça Semedo, intentou uma ação visando impugnar um despedimento, contra a Sra. Carla Gomes, “pedindo que se considere ilegal e sem justa causa o despedimento de que foi alvo e em consequência que seja condenada a reintegrá-lo no seu posto de trabalho e a pagar-lhe as retribuição[ões] vencidas e vincendas até ainda, caso obste a reintegração a indem[...]nização, férias vencidas, horas extraordinárias e descanso semanal não gozad[o]s”;

1.1.2. Durante o julgamento levantou-se questão sobre a legitimidade isolada da requerente e da necessidade de ser citado o marido para a ação, mas o Tribunal considerou como sendo suficiente a notificação de Emanuel Gomes Mendes na pessoa da requerente e decidiu-se pela condenação de ambos;

1.1.3. Interposto o recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, este decidiu que “face a informação de que a ré Carla Gomes é casada com o senhor Emanuel Mendes Gomes e que a licença de táxi está no nome do cônjuge marido, informação essa fornecida em audiência pelo mandatário da Ré, atent[o] ao disposto no art.º 4º do CPT e face ao art.º 38º, b) do mesmo código se determine a intervenção nos presentes autos o cônjuge marido Emanuel Mendes Gomes por forma a que seja regularizada a legitimidade da parte. Fica suspensa a audiência com nova data a ser designada”;

1.1.4. Segundo narram, junto aos autos do processo principal encontra-se uma certidão de citação, datada de 2 outubro de 2020, certificando que o Sr. Emanuel Gomes foi devidamente citado na pessoa da sua esposa, sua representante legal, para, no prazo de oito dias, contestar, já que o citando se encontrava ausente do país;

1.1.5. No dia 14 de outubro, último dia do prazo, um dos requerentes apresentou a sua contestação onde suscitaria a seguinte questão prévia: “a petição inicial que foi apresentada a quando da ‘citação’ da sua esposa, enquanto representante legal dele, continua a figurar [a] apenas esta como Ré”;

1.1.6. Dizem que o mesmo requerente, alegou ainda que, “para mais a citação é pessoal e, em regra, devendo ser feita na pessoa do citando, salvo as situações também previstas na lei e que não se enquadram no caso do Réu, não devendo tal condição ser suprida pela citação na pessoa da sua representante legal”.

1.2. Em relação ao Direito,

1.2.1. Acrescentam que não consta do artigo 233 do CPC, que regula a forma como deve ser citada a pessoa que se encontra ausente e com residência em país estrangeiro, a possibilidade de ser citada através da sua procuradora, ainda que esta seja a sua esposa;

1.2.2. Por isso, entendem que a referida citação deve ser considerada nula e o processo seguir os seus “trâmites normais”, observando as normas obrigatórias sobre a forma de trazer ao processo o Sr. Emanuel Gomes, tendo em conta o disposto no artigo 175, parágrafo primeiro, alíneas c) e d), do Código de Processo Civil em vigor. E, que, a irregularidade em causa, não deve ser considerada sanada, pois a questão terá sido

levantada com a intervenção no processo, de acordo com o que dispõe o artigo 175, número 3, do CPC;

1.2.3. Todavia, o seu recurso viria a ser rejeitado pelo TRS, na parte relativa à caducidade do direito de ação e nulidade da citação, confirmando no restante a sentença recorrida.

1.3. Terminam a sua peça requerendo a esta Corte Constitucional que seja concedido Amparo Constitucional, restabelecendo-se o seu direito de acesso à justiça mediante processo equitativo, e revogando-se o acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento que negou provimento ao seu recurso.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Sr. Procurador-Geral da República, articulando os seguintes argumentos:

2.1. O recurso mostrar-se-ia tempestivo porque apresentado no prazo previsto na lei;

2.2. Afigura-se-lhe que o requerimento cumpriria com o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo, à exceção do disposto no nº 2 do artigo 8º, porque o pedido formulado não parece obedecer ao requisito de assertividade imposto por essa disposição legal.

2.3. Parece-lhe que os requerentes pedem que seja alterado o *Acórdão nº 92/2003, de 31 de maio*, do Tribunal da Relação de Sotavento, o que não integraria as finalidades cabíveis a um recurso de amparo constitucional contra uma decisão judicial, tendo em conta o disposto no artigo 25, número 1, da Lei do Amparo. Por isso, defende que os requerentes devem aperfeiçoar o seu requerimento, clarificando os termos do pedido e, consequentemente, a sua concreta pretensão de amparo constitucional.

2.4. Parece-lhe que os requerentes teriam legitimidade porque seriam pessoas interessadas no processo.

2.5. Teriam sido esgotadas as vias ordinárias de recurso previstas na lei do processo.

2.6. Os recorrentes alegam que o acórdão recorrido violou os direitos fundamentais de acesso à justiça (artigo 22.º, nº 1 da CRCV), que constituiriam direitos, liberdades e garantias fundamentais reconhecidos na Constituição como suscetíveis de amparo.

2.7. Não lhe constaria que o Tribunal Constitucional tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual.

2.8. Afigura-se-lhe que estariam preenchidos os pressupostos para admissão do presente recurso de amparo constitucional, se for clarificado o pedido de amparo, nos termos exigido na lei, devendo também os recorrentes juntar aos autos a procuração forense do patrono que subscreveu a petição.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 25 de julho,

3.1. Nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC;

3.2. Dela decorrendo decisão de aperfeiçoamento, nos termos da qual se determinou a notificação dos recorrentes para aperfeiçoarem o seu recurso: a) Clarificando a(s) conduta(s) que pretendiam que o Tribunal escrutinasse; b) Especificando qual o amparo que almejavam que lhes fosse outorgado para o restabelecimento dos direitos, liberdades e garantias eventualmente violados; c) Carreando para os autos cópia da certidão da citação feita a um dos recorrentes e todos os documentos que julgassem necessários a verificar-se da admissibilidade do seu recurso; d) Juntando a procuração forense em nome do advogado que subscreveu a petição.

3.2.1. Lavrada no Acórdão 128/2023, de 26 de julho, *Emanuel Mendes Gomes e Carla Maria Monteiro Gomes v. TRS, Aperfeiçoamento por deficiente indicação da(s) conduta(s) impugnada(s); falta de especificação do amparo pretendido e omissão de junção de documentos essenciais à instrução do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 81, 1 de agosto de 2023, pp. 1652-1655, este foi notificado ao recorrente no dia 26 de julho às 16:05, conforme consta de f. 32;

3.2.2. No dia 28 de julho de 2023, o recorrente protocolou a peça de aperfeiçoamento de f. 35, através da qual clarificam o amparo que pretendem obter e juntam vários documentos, nomeadamente uma petição inicial, uma nota legal, uma peça de contestação, uma procuração forense, um documento de substabelecimento, a sentença de primeira instância, um mandado de notificação e peça de recurso dirigida ao TRS.

4. A sessão marcada para apreciar o aperfeiçoamento e a admissibilidade do recurso foi marcada para o dia 31 de julho, tendo o julgamento *in camera* ocorrido nessa data, dela decorrendo a decisão exposta e fundamentada a seguir.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado

no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a

existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço

do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

3. Na presente situação, apesar de terem apresentado o requerimento recursal na secretaria do Tribunal Constitucional, era notório que a peça não cumpria na sua plenitude a forma prevista na lei, tendo em conta que os recorrentes não identificaram claramente a(s) conduta(s) que pretendiam impugnar, nem tampouco o(s) amparo(s) que almejavam obter, além de não terem juntado pelo menos dois documentos que o Tribunal reputou essenciais para se aferir da admissibilidade do recurso.

3.1. Por essas razões,

3.1.1. O Tribunal julgou necessário determinar que os recorrentes fossem notificados para aperfeiçoarem o seu recurso: a) Clarificando a(s) conduta(s) que pretendiam que o Tribunal escrutinasse; b) Especificando qual o amparo que almejavam que lhes fosse outorgado para o restabelecimento dos direitos, liberdades e garantias eventualmente violados; c) Carreando para os autos cópia da certidão da citação feita a um dos recorrentes e todos os documentos que julgassem necessários a verificar-se da admissibilidade do seu recurso; d) Juntando a procuração forense em nome do advogado que subscreveu a petição;

3.1.2. Lavrada no *Acórdão 128/2023, de 26 de julho, Emanuel Mendes Gomes e Carla Maria Monteiro Gomes v. TRS, Aperfeiçoamento por deficiente indicação da(s) conduta(s) impugnada(s); falta de especificação do amparo pretendido e omissão de junção de documentos essenciais à instrução do pedido*, Rel: JCP Pina Delgado, este foi notificado ao recorrente no dia 26 de julho às 16:05, conforme consta de f. 32.

3.2. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão de aperfeiçoamento tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto. O que se verifica é que essas determinações legais e judiciais não foram parcialmente cumpridas, neste caso de modo irremediável.

3.2.1. Sendo verdade que os recorrentes cumpriram o prazo de correção do seu recurso determinado pela lei, na medida em que tendo sido notificados do Acórdão

128/2023 no dia 26 de junho protocolaram a peça e os documentos nele determinados dois dias depois, portanto ainda oportunamente;

3.2.2. O mesmo não pode ser dito do cumprimento das injunções feitas pelo Tribunal quanto à correção da peça de recurso que padecia de obscuridade em relação à(s) conduta(s) concretas cujo escrutínio os recorrentes pretendiam que este Coletivo promovesse e em relação ao(s) amparo(s) que pretendiam obter deste Tribunal;

3.2.3. Quanto à determinação do amparo pretendido limitam-se a pedir que ele seja concedido, restabelecendo o direito de acesso à justiça, processo equitativo (...) restabelecendo a norma constitucional violada”(!). Deixa-se o Tribunal completamente às cegas para saber no que consiste esse amparo, qual a sua forma, qual o seu conteúdo e qual a sua natureza, ficando sem saber o que tem de determinar para que esses direitos sejam restabelecidos.

3.2.4. Acresce que em relação à injunção de cumprimento obrigatório da alínea a) da parte dispositiva do acórdão de aperfeiçoamento, que impôs um dever de clarificação das condutas que o Tribunal, perante o emaranhado de considerações que foi fazendo ao longo da peça de recurso, não conseguia identificar com a precisão necessária, a peça é completamente silenciosa. Inviabilizando na prática a aferição de admissibilidade do seu recurso. Porque sem essa identificação, que somente aos recorrentes cabia fazer, este Tribunal não tem como verificar se a(s) conduta(s) pode(m) ser imputada(s) ao acórdão recorrido, se foi(ram) suscitada(s) tempestivamente, se houve esgotamento das vias legais de proteção de direitos ou se se pediu reparação ao órgão ao qual se atribui a violação. Ficando, assim, frustrado o objetivo do aperfeiçoamento.

4. Sem que os juízes do TC tenham o dom de adivinhar o que os recorrentes querem efetivamente impugnar e o que pretendem fazer valer em juízo nada há a fazer a não ser não admitir este recurso por falta de correção das deficiências estruturais de que padece. O que era particularmente necessário, neste caso, porque, à partida numa situação em que se alega lesões da garantia ao processo justo e equitativo, fórmula-chapéu que abarca quase tudo, é fundamental articular-se os argumentos necessários para justificar porque é que eventuais vícios processuais podem ser tão intensos ao ponto de gerarem violações à Lei Fundamental, dignas da intervenção de um Tribunal Constitucional. Se não se indica claramente as condutas impugnadas e não se constrói qualquer

argumentação juridicamente conforme nesse sentido, é impossível sujeitar tais reações a escrutínios de amparo.

5. Pelo exposto, esta Corte Constitucional só pode concluir que os recorrentes não aperfeiçoaram o recurso, expondo o seu autor às consequências previstas pelo artigo 16, parágrafo primeiro, alínea b), e pelo artigo 16, parágrafo segundo, ambos da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, conducentes à inadmissão do recurso.

6. Neste sentido, o recurso não é admitido por não-correção de insuficiências detetadas na peça de recurso.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 7 de agosto de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 7 de agosto de 2023

O Secretário,

João Borges